

## **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras** (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### **1 Contexto operacional**

A GIP Helios II S.A. (“Companhia”) é uma holding constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. O objeto social da companhia é a participação em outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista.

A Companhia tem como controladora direta a holding GIP Helios I S.A. e o controlador final é o fundo GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

A Companhia foi constituída em 07 de abril de 2022, e lhe foi transferida em 06 de outubro de 2022, 100% do controle dos investimentos do Grupo Atlas, composto pelas companhias Atlas Energia Renovável do Brasil S.A., Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A., Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A., Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. e em 28 de abril de 2023 adquiriu o controle de 100% da Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A. (nota 12). Essas controladas são detentoras de investimentos em projetos de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica.

### **2 Relação das entidades controladas**

Controladas	País	Participação acionária	
		2023	2022
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A	Brasil	100% Direta	100% Direta
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A	Brasil	100% Direta	100% Direta
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	Brasil	100% Direta	100% Direta
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	Brasil	100% Direta	100% Direta
Atlas Brasil Energia Holding 4 S.A	Brasil	100% Direta	0% Direta

#### **2.1 Aquisições e alienações corporativas**

##### **a. Aquisições realizadas durante o ano**

##### **i. Aquisição de ativos de geração de energia fotovoltaica**

Em dezembro de 2022, o Grupo adquiriu um conjunto de ativos em desenvolvimento em Vista Alegre, pelo valor de R\$ 116.372, dos quais R\$ 84.075 foram pagos no exercício fiscal de 2022 e o restante, no valor de R\$ 32.000, foi pago com correção monetária durante 2023, conforme reconhecido nas obrigações correntes do Grupo, sob o título de outras contas a pagar.

Em 2023, o Grupo efetuou o pagamento de um complemento ao preço estabelecido no contrato no valor de R\$ 25.078.

Os ativos adquiridos constituem substancialmente o direito de exploração (concessões).

O respectivo projeto visa implementar parques de geração de energia fotovoltaica, por meio das dezoito usinas em desenvolvimento, localizadas no Estado de Minas Gerais. Atualmente, o projeto possui uma capacidade total estimada de 787,14 MWh.

**ii. Aquisição de um projeto de energia fotovoltaica – Vista Alegre XX**

Em 1º de junho de 2023, o Grupo adquiriu o projeto em desenvolvimento da Vista Alegre XX Energia SPE Ltda., pelo valor de R\$ 14.515. O valor de R\$ 6.733 foi pago no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. O saldo restante, no valor de R\$ 7.782, está reconhecido como outras contas a pagar nas obrigações correntes.

O projeto consiste na comercialização entre empresas do Grupo, bem como nas receitas obtidas no mercado à vista. O volume médio estimado de energia vendida para a Vista Alegre XX é entre 285 e 311 GWh por ano.

Os ativos adquiridos constituem substancialmente o direito de exploração (concessão).

**b. Participações societárias realizadas durante o exercício financeiro**

**i. Venda de participações societárias – Atlas Boa Sorte Comercializadora de Energia Ltda.**

Em 7 de julho de 2023, o Grupo celebrou um contrato de compra e venda de ações da investida Vista Alegre Comercializadora de Energia Ltda com a Albras – Alumínio Brasileiro S.A., correspondendo à venda de 6,67% das ações desse investimento. Com a venda da porcentagem, o Grupo, detém 60% (66,67% em 31 de dezembro de 2022) das ações da subsidiária indireta. O valor da venda foi de R\$ 60.332, reconhecido na conta de contas a receber nos ativos circulantes.

**ii. Venda de participações societárias – Vista Alegre Comercializadora de Energia Ltda.**

Em 7 de julho de 2023, o Grupo celebrou um contrato de compra e venda de ações da investida Vista Alegre Comercializadora de Energia Ltda com a Albras – Alumínio Brasileiro S.A., correspondente à venda de 10% das ações desse investimento. Com a venda da porcentagem, o Grupo agora detém 90% das ações da subsidiária indireta. O valor da venda foi de R\$ 163.662, reconhecido na conta de contas a receber nos ativos não circulantes.

Abaixo, é demonstrada a reconciliação dos recursos provenientes da venda das ações:

	<u>Vista Alegre - 10%</u>	<u>Boa Sorte - 6,67%</u>	<u>Total</u>
Receita de vendas de participações societárias	163.662	60,332	223.994
Custo de participação em investimentos	(132,039)	(54,969)	(187.008)
<b>Ganho na venda das participações societárias</b>	<b><u>31.623</u></b>	<b><u>5.363</u></b>	<b><u>36.986</u></b>

### **3 Base de preparação**

**Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards – IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

De acordo com o CPC 36 (R3) a entidade que seja controladora pode deixar de apresentar as demonstrações consolidadas somente se satisfizer todas as condições a seguir, além do permitido legalmente:

- (i) a controladora é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações consolidadas pela controladora;
- (ii) seus instrumentos de dívida ou patrimoniais não são negociados publicamente (bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão, incluindo mercados locais e regionais);
- (iii) ela não tiver arquivado nem estiver em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto a uma Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando à distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais; e
- (iv) a controladora final, ou qualquer controladora intermediária da controladora, disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com os Pronunciamentos do CPC, em que as controladas são consolidadas ou são mensuradas ao valor justo por meio do resultado de acordo com este pronunciamento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais por atender os critérios acima e seu controlador da Companhia, GIP Helios I S.A apresentará a demonstrações financeiras consolidadas, que estará disponível publicamente em complemento às essas demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 07 de outubro de 2024.

#### **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira é mensurada ao valor justo por meio do resultado

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas no pressuposto da continuidade.

#### **4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

A Moeda funcional da empresa é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **5 Uso de estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal e referem-se principalmente, aos seguintes

aspectos relacionados à suas controladas: direito de uso e arrendamentos, vida útil dos ativos tangíveis, redução ao valor recuperável de ativos (Impairment), valores recuperáveis dos ativos intangíveis, reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização, instrumentos financeiros e quaisquer provisões que podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

## **6 Políticas contábeis materiais**

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas na seguinte notas explicativas:

- Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) : Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2023;

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia são:

### **6.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

### **6.2 Contas a receber**

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as suas contas a receber. Em se tratando de valores a receber de redução de capital em controlada e contrato de mútuo a vencer em longo prazo, a Companhia julga não necessitar de qualquer provisão no momento.

### **6.3 Investimentos em controladas**

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em controladas inclui a mais-valia identificada na aquisição pelo preço pago excedente em relação aos valores registrados para as controladas na data da transação devido à capacidade de gerar novos projetos para o portfólio, por meio da obtenção de licenças para fornecimento de energia elétrica, e à expertise dos gestores em relação ao mercado de atuação.

## **6.4 Instrumentos financeiros**

### ***Reconhecimento e mensuração inicial***

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### ***Classificação e mensuração subsequente***

#### *Ativos Financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado; ou
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado) ou,
- ao VJORA (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em VJORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda

aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

*Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros – - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

**Ativos financeiros a VJR**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment

**Instrumentos de dívida a VJORA** são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

**Instrumentos patrimoniais a VJORA** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

#### *Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### *Desreconhecimento*

##### **Ativos financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

##### ***Passivos financeiros***

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

## **6.5 Redução do valor recuperável (impairment)**

### ***Ativos financeiros não-derivativos***

#### *Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo por meio do resultado;

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito.

- A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

### ***Ativos financeiros com problemas de recuperação***

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

### ***Ativos não financeiros***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou

da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

## **6.6 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, após todas adições e exclusões;

As despesas de imposto de renda e contribuição social corrente são os impostos a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os montantes dos impostos correntes a pagar ou a receber são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias decorrentes entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. A Companhia apresentou diferenças temporárias, exclusivamente relacionadas a variação cambial do principal referente aos seus ativos e passivos financeiros atrelados a moeda estrangeira.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## **6.7 Reconhecimento de receita**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e

- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato no ambiente livre é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

## **6.8 Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de aplicações financeiras;
- receita de juros;
- despesa de juros;
- taxas e comissões bancárias; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

## **6.9 Provisões**

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

São atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

## **6.10 Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no